

O EXPERIMENTO DE TOBIKI: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A DIDÁTICA MAGNA DA PROSPERIDADE

Arno Vogel*

Marco Antonio da Silva Mello**

1. A didática magna da prosperidade: considerações críticas sobre a pedagogia da mudança social dirigida; 2. Plano de estudos antropológicos básicos para a elaboração de programas de avaliação de impacto ambiental; 3. Planos de organização social e formas associativas; 4. Conhecimento naturalístico.

1. A didática magna da prosperidade: considerações críticas sobre a pedagogia da mudança social dirigida

“Certa vez um macaco e um peixe foram colhidos por uma grande enchente. O macaco, ágil e experimentado, teve a boa sorte de trepar em uma árvore e salvar-se. Olhando lá embaixo as águas turbulentas, viu o peixe debatendo-se contra a corrente rápida; movido por um desejo humanitário de ajudar um companheiro menos afortunado, estendeu a mão e tirou o peixe da água. Com surpresa para o macaco, o peixe não ficou muito agradecido.”

Com esta história, George M. Foster abre um livro cuja tradução brasileira teve como título *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia* (Foster, 1964). O autor retoma, assim, uma fábula oriental que Don Adams tinha usado antes dele (Adams, 1969, p. 22), para “ilustrar as armadilhas insuspeitadas que aguardavam o técnico mal orientado que exerce o seu ofício em outra sociedade que não a sua” (Foster, 1964, p. 13). Nessas condições tenderá, freqüentemente, a tomar decisões tão desastrosas quanto aquela ditada pelas intenções filantrópicas do macaco da fábula coreana.

Curiosamente, o título da edição brasileira restitui, de modo sub-reptício, toda a concepção que Foster, seguindo a antropologia cultural americana do pós-guerra, procu-

* Doutorando no Museu Nacional da UFRJ; professor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFF, no Departamento de Antropologia Social da UFF e no Programa Flacso-Brasil.

** Doutorando em antropologia pela USP; professor no Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, no Departamento de Antropologia Social da UFF e no Programa Flacso-Brasil.

rava criticar e relativizar.* Nessa época, os EUA tinham desencadeado, nos mais diversos países de sua esfera de influência, um sem-número de projetos de mudança dirigida. Com eles pretendiam gerar um efeito multiplicador dos padrões de desenvolvimento a serem atingidos por essas nações no seu processo de arrancada para a modernidade.

Esse *take-off*, como ficou conhecido em virtude das teorias de Rostow, implicava transformações de amplo espectro. Em primeiro lugar, tratava-se de integrar economias de subsistência, baseadas em praças de mercado locais (ou no máximo regionais) diferenciadas, a um sistema mundial de mercado. Essa integração significava, por sua vez, o investimento maciço na difusão e na implementação de novas tecnologias. Estas, no entanto, só podiam ser aplicadas dentro de contextos administrativos marcados pelos parâmetros de racionalidade que o processo de *institutional building* traz consigo. A administração da massa dos investimentos mobilizados exigia estruturas burocráticas capazes de combinar o controle dos recursos com a necessária agilidade na sua aplicação. Era preciso implantar novos padrões de eficiência e eficácia. O modelo de tomada de decisões tinha de satisfazer o requisito da adequação ótima de meios escassos a fins alternativos.

O aparato institucional em condições de realizar essa tarefa, no entanto, fundamentava-se em alguns pressupostos. A sociedade receptora da nova ordem sócio-econômica que se desejava universalizar tinha de estar apta a compreender o projeto modernizador. Para tanto, era necessário que fosse (ou que se tornasse, no mais curto prazo possível) letrada, cosmopolita e individualista.

Tinha de ser letrada para ter acesso aos próprios recursos que se destinavam ao seu desenvolvimento, pois estes só podiam ser adquiridos e gerenciados por intermédio de um complexo conjunto de práticas escriturárias. Tinha de ser cosmopolita, pois devia estar convencida das vantagens e, portanto, da urgência de sua incorporação ao mercado internacional. Devia acreditar não só na relação de conversão dos valores que lhe cabiam produzir, com relação aos demais valores, produzidos por outros homens, em outros pontos do mercado, como também desejar o incremento de sua própria produção para trocá-la de modo a adquirir os bens que faltavam à realização do seu conforto e bem estar.

Tinha, finalmente, de tornar-se individualista. Isto significa que devia habituar-se a entrar no grande jogo das trocas, a nível planetário, desenvolvendo nos seus membros a disposição competitiva capaz de fazer deles agentes dos contratos sociais. Pois somente nessa qualidade poderiam incorrer, por livre escolha (e assumindo os riscos decorrentes), em todo tipo de formas associativas para, mediante estratégias de cál-

* N. do A. O título original da obra é *Traditional cultures and the impact of technological change*, cuja tradução mais adequada seria As culturas tradicionais e o impacto da mudança tecnológica.

culo adequadas, maximizar os seus benefícios. A ficção do mecanismo auto-regulado a que damos o nome de mercado supõe, nesse sentido, o estilhaçamento das estruturas culturais e sociais consagradas pelo modo de vida tradicional, de vez que são percebidas como impeditivas da ordem e da lógica do mercado. Rompidos os grilhões corporativos do parentesco, da paróquia, da guilda e das demais associações consuetudinárias, deve reinar soberana uma nova categoria de homens livres, autônomos e iguais. Estes serão, por fim, capazes de se relacionar uns com os outros, resolvendo a equação dos valores das mercadorias trocadas por intermédio do dinheiro, equivalente universal e, supostamente, sistema de comunicação não sujeito às barreiras culturais (*cross-cultural*). A ficção do mercado tem, pois, como seu correlato necessário, a ficção de uma humanidade genérica, onde todos os indivíduos são parceiros equivalentes no jogo das mercadorias, em que prevalece a racionalidade neutra de um código transcultural capaz de instaurar a perfeita transparência das relações e instituições sociais.

Todas essas ficções, no entanto, pressupõem o que Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1977), designou pela expressão "desencantamento do mundo" (*Entzauberung*). O termo se refere, precisamente, à laicização das relações econômicas, desembutidas das redes institucionais e do arcabouço de padrões éticos estabelecido pela tradição pré-moderna. Graças a esse "desencantamento", a economia aparece como domínio autônomo e fundador das relações sociais. As regras e a racionalidade próprias desse domínio não só tornam possível a acumulação de bens, mas tendem mesmo a impor essa acumulação como uma necessidade, excluindo da nova ordem social os que se recusam a praticá-la.

O afã do lucro e a justificação da usura convertem em mercadorias a terra, o pão, o trabalho e todas as demais coisas necessárias à realização de uma vida condigna. Tudo passa a fazer parte de um imenso circuito de trocas, no qual os homens se defrontam, uns com os outros, por meio de relações diádicas estabelecidas através das coisas que trocam ou possuem. Com esse "moinho satânico", na feliz expressão de Polanyi (1980), inaugura-se, portanto, uma sociedade igualitária. E com ela surge e floresce a ideologia econômica moderna, dominada pela razão prática e utilitária, que desconhece e/ou desqualifica a razão cultural, dando margem à gênese desse *homo aequalis*, operador e habitáculo da modernidade industrial (Dumont, 1977).

Dele se exige que esteja animado pela paixão do trabalho, que Karl Marx definia, nos *Manuscritos* de 44, como sendo a sua função vital. Dele se espera que utilize, sem tréguas, a sua inventiva de *tool-making animal* para gerar tecnologias capazes de ampliar sempre mais o imenso arsenal de mercadorias que a reprodução da economia de mercado exige. Dele se acredita que poderá, finalmente, realizar a sua vocação de amo e senhor da natureza, da qual, até o momento, tinha sido apenas sócio e parceiro.

Os objetivos que devem nortear as suas ações são claros, consistindo na obtenção do maior prazer (leia-se: benefícios materiais, *i.e.*, incremento do consumo) com o menor esforço (leia-se: dispêndio mínimo de tempo e energia por unidade produzida), para retomar uma conhecida formulação de Jeremy Bentham. Essa fórmula, no entanto, exige uma nova solução para o problema da divisão do trabalho e da alocação racional dos recursos disponíveis. E com essa exigência surge a questão do planejamento, condição *sine qua* do progresso.

“A melhor forma para uma determinada função – eis o progresso. Desde sempre, progredir foi obter mais com menos. Maximizar os fins em função dos meios. E Adam Smith provou com brilhantismo (e equívocos perdoáveis para a época) que a divisão e a especialização das partes de um todo tornavam possível obter dele um rendimento exponencial.

As metáforas do maquinismo são recorrentes. A máquina surge como a obra-prima da racionalidade. Um conglomerado de especializações funcionais que divide e hierarquiza tarefas. A forma de cada peça foi concebida e executada para a função que lhe cabe preencher na engrenagem.

O discurso racionalista é uma curiosa mistura de cientificismo e naturalismo. O argumento filosófico, nas suas linhas gerais, desenvolve-se mais ou menos da seguinte maneira: as ciências, toda ciência, não passam de um conhecimento da racionalidade imanente à natureza; mas a Razão e a Natureza, nesse argumento, são concebidas de acordo com os cânones da mecânica clássica.

O Renascimento e a Filosofia da Ilustração consagraram a metáfora do Arquiteto do Universo para se contraporem à concepção teísta da ordem providencial, com seus rompantes e acessos de temperamento. Em vez dessa determinação por uma vontade cambiante, propunham uma nova versão da ordem do mundo. Tudo existe graças a um discurso originário e fundador. Ele é que estabelece a ordem das coisas. Cria, nomeia e legisla. As leis outorgadas à criação passaram a regê-la, independente da vontade criadora. Distinguir e separar as funções; inventar e designar-lhes os espaços apropriados; combinar corretamente as peças para que funcionem com o mínimo de atrito possível – isto é planejar” (Vogel & Mello, 1981, p. 134).

Planejar equivale, pois, nessa perspectiva, a instaurar uma nova visão de mundo. Esta pretende transformar, em tudo e por tudo, a antiga. Propõe novos arranjos dos espaços e novas formas de escandir o tempo. A cidade industrial substitui o burgo, da mesma forma que no lugar do bucolismo aldeão surge a fazenda mecanizada. Não é mais o campanário da paróquia que regula as horas do cotidiano. Este passa a ser regido pelo tempo fabril. E todas essas transformações modificam radicalmente a morfologia dos grupos sociais, que passam a cultivar novos formatos institucionais e novas regras de afiliação. Não moram mais nas mesmas casas, nem usam as roupas

de outrora. Não se alimentam como antigamente, nem reproduzem as velhas formas da sociabilidade. Suas pautas de consumo sofrem alterações sensíveis, na medida em que cedem à sedução dos valores novos que lhes são propostos. Essa adesão à modernidade impõe a elaboração e a incorporação de novas orientações cognitivas que, por sua vez, modificam, em profundidade, não só as relações entre os grupos sociais, mas também o vínculo e a interação destes com a natureza. Nessa visão, o mundo fechado, precário, de baixa produtividade e reduzidas expectativas de vida, exposto, na sua fragilidade, às epidemias, fomes e intempéries, imerso na ignorância, assombrado e molestado por agentes sobrenaturais, cede lugar ao universo infinito das trocas em expansão, ao vigor e à velocidade dos novos aparatos produtivos, à solidez das estruturas racionais, ao conhecimento certo e seguro das leis naturais, à previsibilidade, à saúde e à afluência.

Tudo isso reflete um otimismo profundo e uma inabalável confiança no futuro radioso que a iminência dessas conquistas permitia ver por antecipação. A punição que se podia vislumbrar, entretanto, parecia impor o exorcismo decidido e radical daquilo que se desejava deixar para trás. Na sua oposição ao campo, a cidade constitua o pólo fecundo de todas essas transformações. Certas cidades, em particular, podiam ser lidas como signos desse processo. Manchester, por exemplo, corporificava, no seu tempo, todas as qualidades do titânico experimento da modernidade. Por isso adquiriu, nos exercícios prospectivos de Marx, um caráter emblemático que a opunha à velha Birmingham. A primeira estava destinada a florescer e perdurar. A última fadada ao marasmo e à obsolescência, pelo que da velha ordem teimosamente conservava em si.

Mas o meio-dia não cumpriu as promessas da aurora. No decorrer do século do império e da indústria foi a orgulhosa Manchester que soçobrou na letargia, enquanto a antiquada Birmingham soube conservar, pelas décadas afora, uma vitalidade à qual não foram estranhas as "*valuable impracticalities*" que caracterizavam a sua economia e vida urbana (cf. Jacobs, 1974).

Este pequeno excursus histórico, com seu caráter de exemplo, aconselharia, por si só, uma certa cautela diante da representação do processo de mudança que delineamos acima. A imagem esboçada corresponde, sobretudo, a um desígnio de sujeição da realidade ao desejo. Trata-se na verdade da convicção de que esta era a maneira pela qual as coisas tinham acontecido em determinados casos paradigmáticos. Essa crença era tão fortemente partilhada que acabou por gerar um modelo de desenvolvimento, do qual se admitia o caráter universal. Dado que todos os homens são iguais, o que se aplica a uns pode aplicar-se, também, a todos os outros. Todas as barreiras lhe seriam franqueadas, todas as fronteiras permeáveis. Nesse sentido, o modelo tinha condições de assumir uma dimensão normativa e nortear uma tarefa pedagógica, verdadeira didática magna da prosperidade.

Os grandes projetos de intervenção, recuperação, ajuda ou cooperação, articulados pelas agências de desenvolvimento, foram tributários dessa concepção. Pretendiam não só intervir, recuperar, ajudar e cooperar. Além disso, e sobretudo, visavam promover e conduzir um imenso programa de modernização. Leia-se: de mudança social dirigida. O relativo fracasso de tais projetos, no entanto, não permitiu que se alimentassem ilusões. Os maus resultados dos diversos experimentos não podiam ser imputados apenas à suposta inépcia ou despreparo das sociedades sobre as quais incidiam, sintomaticamente denominadas *receptoras*. Não podiam ser atribuídos, tampouco, a uma eventual incompetência dos seus agentes. Afastados esses dois tipos de fatores, restava a questão de fundo.

Mediante uma inspeção detalhada dos programas, analisando os seus projetos (e subprojetos), considerando os objetivos pretendidos, examinando as atividades-meio em relação com as metas a serem atingidas, confrontando as estratégias (e as tarefas em que se desdobram) com os resultados obtidos, talvez fosse possível retrair o método para rastrear o erro. É essa a convicção que leva George M. Foster, em *Traditional cultures and the impact of technological change* (1962) e *Applied anthropology* (1969), a colocar, para os técnicos das mais variadas formações, os problemas decorrentes de adesão cega e inadvertida à concepção do desenvolvimento e da mudança tecnológica independente da consideração dos contextos sociais e culturais, seja dos “receptores”, seja dos “doadores” que se defrontam quando da implementação de tais programas.

Além de Foster, muitos outros tentaram colocar em perspectiva esses pontos de vista conflitantes, que as descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico reuniram (Lévi-Strauss, 1976, cap. XVII). Os programas de desenvolvimento chegaram mesmo a se impor como uma área temática da reflexão sociológica. Constituíram, nesse sentido, uma presença obrigatória nas discussões e debates da sociologia do desenvolvimento, da antropologia da ação, da antropologia aplicada, da antropologia econômica, da antropologia urgente e, mais recentemente, da antropologia ecológica. Muitos organismos de fomento, nacionais e internacionais, têm dedicado ao assunto esforços e recursos, visando desenvolver metodologias e agentes com preparo adequado para atuarem na implantação, avaliação e acompanhamento de grandes programas de intervenção.

Embora decidido a rever e refazer as trajetórias dos vários programas de desenvolvimento e mudança tecnológica, com o firme propósito de descobrir onde haviam falhado, George M. Foster continuava, no entanto, a alimentar a convicção de que mudar, para modernizar, era desejável. Todo o seu esforço estava, portanto, voltado para uma tentativa de regeneração dos processos de transferência de tecnologias, nos mais diversos domínios e para as mais distintas situações, sociedades e contextos culturais. Essa tentativa não se explica por um eventual espírito de filantropia ou pela irrupção súbita da preocupação com o destino dos *down there*. Resulta antes da ne-

cessidade de maximizar as ações dos projetos de desenvolvimento, financiados por agências de seu país, aplicando-lhes os mesmos critérios de racionalidade, eficiência e eficácia que estes pretendiam instaurar nas áreas-objeto de suas intervenções. A imensa quantidade de recursos humanos, financeiros e técnicos não apresentava as contrapartidas positivas esperadas pelo espírito que tinha presidido à sua mobilização. Por toda parte os fracassos se acumulavam. As “resistências à mudança” vinham num crescendo inquietante. Com elas se difundia, rapidamente, uma visão desfavorável do pessoal encarregado da execução dos projetos. O descrédito que atingia os programas, no entanto, acabava contaminando de forma irremediável a imagem do governo que os promovia. Os preconceitos, os estereótipos e os etnocentrismos se acirravam, de parte a parte, contribuindo, ainda mais, para reforçar a assimetria dessas relações de dominação, no sentido que Max Weber confere ao termo (1964, parte I, cap. III).

Os conflitos aumentavam, pois, justo lá onde supostamente estavam sendo desenvolvidas práticas harmoniosas de cooperação e, portanto, dispositivos seguros para garantir a adesão das comunidades locais ao processo de arrancada para o desenvolvimento.

Tais fatos eram mais graves, ainda, quando situados no contexto político internacional marcado pela Guerra Fria. O Departamento de Estado norte-americano tinha, pois, razões de sobra para se preocupar com as vicissitudes de programas cujo caráter profilático, com relação à emergência de regimes alinhados com o bloco socialista, era indispensável. As medidas preventivas, no entanto, revelavam-se inócuas. E estava claro que os insucessos acumulados não podiam mais ser atribuídos, apenas, à “mentalidade atrasada”, ao “despreparo”, à “desconfiança” ou à “má-vontade” dos renitentes beneficiários do progresso. Em vez de continuar buscando no outro a culpabilidade pelas expectativas frustradas, talvez fosse mais produtivo considerar a hipótese de que se estava, nesses casos, diante de um desencontro de percepções e concepções, um autêntico diálogo de surdos em que cada qual se mostra impermeável às razões do outro.

Esse tipo de dissonância cognitiva pode, muito bem, ser ilustrado pela história do conhecido romance da Vern Sneider *The teahouse of the august moon*, que deu o argumento e o título a uma peça de grande sucesso na Broadway, posteriormente levada ao cinema.

A ação se desenvolve numa aldeia de Okinawa, por volta de 1945. O capitão Fisby, do Destacamento C. 147 do Governo Militar dos Estados Unidos, havia sido designado por seu superior, o Coronel Wainright Purdy III, para tomar conta da aldeia de Tobiki, seguindo uma praxe estabelecida para a administração dos territórios conquistados. Nessa qualidade, estava encarregado de executar um plano de recuperação, envolvendo casas modernas, escolas, organizações progressistas, ligas de tempe-

rança e atividades lucrativas. Com esse plano, a Sr^a Purdy, presidente da Liga Feminina de Ação Democrática, acreditava não só beneficiar os moradores de Tobiki, como também granjear para seu marido as divisas do generalato. O plano B, como era conhecida essa menina dos olhos do Coronel, ia mal, no entanto. O Capitão Fisby, bem intencionado e ingênuo, contando com a assessoria de Sakini, um jovem aldeão, e cercado pelo inesperado carinho e solicitude de duas *geishas* – Primeira Flor e Flor de Lótus – começa a agir de modo estranho. Ao invés de construir uma escola moderna, em forma de pentágono (!), como rezava o plano B, passa a dedicar-se entusiasticamente à construção de uma casa de chá. Ao invés de canais de drenagem e irrigação, supervisiona o trabalho dos aldeãos na edificação de um dique destinado a conter um lago onde pudesse florescer o lótus. No lugar das ligas de temperança, favorece a instalação de um alambique capaz de aprovisionar as forças de ocupação com aguardente de razoável qualidade e boas perspectivas de lucro. Enquanto isso, a liga feminina local, encabeçada pela Srta. Higa Jiga e seguindo o exemplo de Primeira Flor e Flor de Lótus, deflagra uma campanha pela importação de quimonos de seda e leques perfumados, artigos fundamentais na milenar tecnologia de sedução oriental. Esses fatos, em tudo e por tudo inusitados, sugeriram ao Cel. Purdy III medidas de caráter urgente e emergencial. Tudo levava a crer que o Sr. Fisby necessitava de acompanhamento médico-psiquiátrico urgente. Nesse contexto chega à aldeia o Dr. McLean, imediatamente cooptado para esse curioso empreendimento, ao qual se associou, vindo a ser um dos seus mais inventivos colaboradores, com experimentos de agricultura ecológica. Com o tempo vai adotando, juntamente com seu suposto paciente, a indumentária e a etiqueta locais. Começa a compreender então as razões de Fisby, e através delas alcançar não só a lógica como também a validade das premissas culturais em que estava assentado o modo de vida da pacata Tobiki.

Essa história exemplar foi relatada porque, a partir dela, podem ser esboçadas algumas reflexões, e estas vão permitir que o argumento desenvolvido até aqui cumpra a sua função de discussão preliminar das questões de fundo, que devem orientar qualquer aproximação atual dos grandes projetos de mudança social dirigida.

Em primeiro lugar, cabe destacar o caráter francamente ficcional da narrativa sobre *A casa de chá do luar de agosto*. A história tem entre as suas virtudes não só a clareza e a simplicidade do seu enredo, mas também, e talvez sobretudo, a forma com que esse enredo foi realizado na literatura, no teatro e no cinema. A versão cinematográfica segue o gênero da comédia. Com isso, o tema do encontro, e dos desencontros, de duas culturas recebe um tratamento surpreendentemente feliz. Com efeito, os estudos recentes da estética cognitiva tornaram a chamar a atenção para o humor como forma e recurso de conhecimento (Brown, 1977). O argumento do riso (Munro, 1964) propicia uma espécie de distanciamento que, sem reduzir a estranheza dos fatos e situações, parece desarmar os espíritos dessa disposição de rejeitar agressivamente tudo aquilo que não lhes é familiar. Além disso, como o humor não se aplica exclusivamente ao outro, mas às situações, tende a englobar, também, o eu, tornando-o

partícipe dos contextos bizarros nos quais se encontra envolvido. O riso é a expressão de um artifício básico de estranhamento, como provam não só as formas populares da representação, mas toda a dramaturgia, dos clássicos ao teatro moderno.

As peripécias bem humoradas do famoso plano *B*, graças a esse recurso, e sem prejuízo das formas de empatia, facilitam uma apreensão reflexiva e crítica dos problemas que os planos de intervenção propõem sem despertar os fantasmas, as delusões e as tensões tão difíceis de exorcizar nos contextos reais. Fora das telas, o que aconteceu, na maioria dos casos, foi muito diferente, assumindo com frequência dimensões verdadeiramente trágicas. Quase nunca as comunidades locais conseguiram convencer os agentes da mudança a levarem em conta os seus pontos de vista. Nem os técnicos conseguem compreender a maneira, muitas vezes pouco ortodoxa, que os “nativos” têm de se apropriar dos projetos de mudança. E isto porque não conseguem alcançar o viés da leitura que os atores locais fazem das propostas que querem lhes impor.

Essas reações desconcertantes, diante das quais os técnicos tendem a ficar desorientados e desanimados, são na verdade formas positivas de adesão. Não fossem as dificuldades e, porque não dizer, as resistências dos próprios agentes, seria possível reconhecer nelas o caráter não-passivo das comunidades locais em face das transformações. E é justamente essa não-passividade que vai ser desqualificada pelos programas de intervenção. Para estes, ela não passa de uma atitude negativa, de um obstáculo, de uma inconveniente, insidiosa e obstinada disposição para destruir toda e qualquer previsibilidade, racionalidade e eficiência de planos cuidadosamente elaborados.

Nessa perspectiva, o comportamento dos atores locais chega a ser percebido como uma tentativa surda e maliciosa de confundir os encarregados da implementação das estratégias concebidas pela logística dos gabinetes. Esse *malin génie*, astucioso, refratário e impermeável a qualquer força argumentativa da razão prática, revela-se capaz de operações táticas inusitadas e, por isso mesmo, difíceis de serem reconhecidas a tempo de evitar o fracasso. Os planejadores e agentes o conhecem e temem sob a denominação técnica de “*resistência à mudança*”.

A “*resistência à mudança*” não passa, entretanto, de uma maneira de atribuir ao outro problemas que são inerentes ao próprio planejamento e, portanto, à sociedade do planejador, mais do que às insuficiências e ardis das comunidades onde os programas devem ser implementados. Neste sentido, os obstáculos não se encontram, apenas, no comportamento dos “beneficiários”, mas também, e sobretudo, na visão estereotipada que deles têm, comumente, os encarregados da formulação e execução dos projetos de mudança.

Os integrantes das populações-objeto são, em geral, representados como sendo “ignorantes”, “indolentes”, “de moral incongruente”, “incoerentes pelo caráter”, “física-

mente desarmônicos”, faltos de “inclinação para o comércio ou a indústria” (embora de “viva inteligência e sagacidade de espírito”). “Volúveis”, às vezes, “algo fatalistas”, vivem imersos num “emaranhado confuso de superstições e crendices” que afetam o seu discernimento das coisas.

No que se refere aos seus padrões de interação, costumam ser vistos como populações marcadas pelo “insolidarismo” resultante de uma virtual-incapacidade para as formas associativas e o trabalho cooperativo. Para isso concorreria não só o isolamento em que se encontram, como também o caráter transiente e deambulatório dos seus assentamentos. Destituídos de um propósito definido, vagam sem eira nem beira. Apequenados pela natureza luxuriante, revelam diante desta um conformismo resignado, do qual resultaria, em última análise, a estagnação do seu modo de vida. O ócio e a preguiça que lhes costumam ser atribuídos não passariam, portanto, de signos exteriores do seu caráter degenerativo, alternativamente atribuído aos determinismos do meio ambiente, da miscigenação disgênica ou do abandono a que foram relegados pelo poder público.

“Imprevidentes” e “imediatistas”, movidos por um egoísmo infantil e primevo, vivem da mão para a boca. A pobreza de suas artes de subsistência constitui um conjunto de técnicas empíricas (“rudimentares”), frutos da aplicação assistemática do princípio de ensaio e erro. Com essas limitações são levados a uma atividade marcadamente predatória (caça, coleta e agricultura de queimada e derrubada), que não lhes faculta a produção de excedentes, condenando-os à precariedade da “auto-subsistência”. São, portanto, incapazes da logicidade necessária ao mais elementar dos planejamentos. Privados de tal racionalidade, não formulam esquemas adequados de alocação e/ou realocação diferencial de recursos escassos para fins alternativos!

Esse *Naturmensch*, consagrado por inúmeros tratadistas da ciência econômica e da sociologia, como Bücher (1907) e Vierkandt (1896), devotado à prática de uma “economia natural”, não passa, entretanto, de uma caricatura. Esta, que já constitui um grave reducionismo, aplicada aos chamados povos primitivos (*Naturvölker*, por oposição aos *Kulturvölker*), provocou efeitos os mais funestos ao ser estendida, em bloco ou parcialmente, aos grupos tradicionais ou a determinados segmentos dos países subdesenvolvidos, terceiro-mundistas ou, por força de eufemismo, países em desenvolvimento.

Concepções desse tipo revelaram-se, com o correr do tempo, insustentáveis. Na própria expressão “economia natural” o adjetivo está em flagrante contradição com o substantivo que pretende qualificar. Apesar disso, no entanto, as tipologias que constituíram o paradigma das teorias do desenvolvimento assumiram, em maior ou menor grau, de modo explícito ou sub-reptício, essa visão estereotipada. A tal ponto, que ela tendeu a se transformar num elemento do senso comum das concepções e das políticas voltadas para as questões do crescimento econômico.

O discurso dominante, nesse âmbito, faz da economia a arena onde se vai travar o combate racional à escassez. Essa valorização da economia como ciência (e como espaço) da alocação optimal de recursos faz aparecer a noção de *economizing*, verdadeiro libelo em favor da satisfação a mais econômica possível das necessidades humanas residuais – básicas ou derivadas (cf. Pareto, 1917; Malinowski, 1944 e 1945).

Esse tipo de reducionismo economicista traz importantes conseqüências para a maneira de formular programas de desenvolvimento e mudança social. A ênfase na propriedade privada como melhor forma de apropriação de recursos tende a privilegiar um processo decisório hierárquico e uma forma de mobilização e coordenação dos fatores de produção que permite avaliar, com a necessária agilidade, a relação custo-benefício, básica no cálculo econômico. Isto significa, ao mesmo tempo, preferir todas e quaisquer formas coletivas de tomada de decisões. A empresa autogerida e a cooperativa agrícola, por exemplo, são vistas como ineficientes e não-competitivas. Considera-se que, ao "desperdiçarem" o tempo discutindo estratégias alternativas, entram o giro do capital, diferindo sua lucratividade e inflacionando seus custos.

A formulação desse argumento repousa na unidimensionalização da sociedade pelo mercado. Este é tomado como o sistema de mediação, por excelência, entre as unidades produtivas. Sua qualidade varia na proporção direta de sua escala. Quanto mais amplo, melhor cumpre sua função. E esta consiste, essencialmente, na sua capacidade de traduzir a satisfação das necessidades (*wants*) no espaço monetário, expressando-se através de um equivalente universal. Assim, o trabalho vai ser valorizado como dispositivo de produção (ou transferência) de rendimentos cuja natureza é exclusivamente financeira, e não múltipla, não sendo intercambiáveis, portanto, produção e consumo. A intervenção do Estado, com os seus mecanismos de centralização das decisões, só se faz necessária quando entra em colapso o tríplice "propriedade privada, empresa hierárquica e mercado".

Testemunhos do passado, freios do desenvolvimento, entraves à formação de demanda e à rapidez de circulação, com suas perigosas racionalidades diferenciadas, as estruturas tradicionais devem, juntamente com seus processos de criação coletiva (cooperação, mutualismo, autogestão, solidarismo, etc.), ser o mais rapidamente possível ultrapassadas. Para a abordagem normativa delineada, essas coisas não são senão obstáculos no caminho do progresso.

Estas são apenas algumas das dimensões do paradigma dominante nas análises do desenvolvimento econômico. Constituem, na realidade, uma caricatura expressiva do conjunto das teorias econômicas da modernização. A teoria histórica de Rostow (1964) ou a teoria sociológica de Leibenstein (1975), ao trabalharem com recortes por períodos históricos mais ou menos avançados, no primeiro caso, e por comportamen-

tos mais ou menos avançados, no segundo, permanecem dentro dessa mesma problemática. A relativização do reducionismo economicista tem nas análises de Lewis (1954) e de Fei e Ranis (1969) o seu primeiro marco. A tentativa de ruptura com a lógica do paradigma dominante, que procuravam criticar, produziu uma alteração razoavelmente bem-sucedida no curso da discussão sobre o processo modernizador, embora continuasse prisioneira da visão dualista com o seu historicismo estreito. Não se fala mais abertamente de “países atrasados”, mas a modernidade continua sendo um valor mais alto em face das sociedades tradicionais. O modelo de Lewis procura atenuar o fosso que separa o desenvolvimento do subdesenvolvimento através de uma visão reconhecida nesse contexto como estruturalista. Para ela, os setores tradicional e moderno de uma economia são complementares. Fornecer um quadro descritivo das relações entre ambos passa a ser mais importante do que a visão normativa, cuja tendência era a de prejudicar as opções sociais e econômicas de um país em desenvolvimento.

A essa tentativa seguiu-se outra, que privilegiava o caráter estrutural das respostas aos estímulos desenvolvimentistas. Como as estruturas sobre as quais deve incidir a mudança não são iguais umas às outras, as soluções adotadas para a modernização não são intercambiáveis. O desenvolvimento não é, no caso, entendido como um fator de civilização que possa ser distribuído de forma regular por todo um país. Existirão, ao invés, certos pontos vocacionais estratégicos a partir dos quais o processo se deflagraria. Esta é a geopolítica dos pólos de desenvolvimento, tão cara à maioria dos nossos planejadores. Ao insistirem no modelo de crescimento dos países desenvolvidos, sublinhando, uma vez mais, a problemática da escassez como elemento axial da ação modernizadora, acabam por reiterar uma “visão em túnel” do progresso.

A metáfora do túnel para o progresso tem, no entanto, implicações que não podem ser levemente ignoradas. Induz, por exemplo, a crença reconfortante no “reto caminho” capaz de transpor barreiras e obstáculos, encurtando, ao máximo, a distância que separa duas províncias: a pobreza encardida do subdesenvolvimento e a luminosa afluência da modernidade. A outra implicação dessa imagem revela, entretanto, o seu lado problemático: a travessia de um túnel implica, sempre, perder de vista a própria natureza do obstáculo. Com isso, ficam eliminados todos os signos da paisagem que tem de ser percorrida para se chegar à terra da promessa.

A metáfora do “túnel” tem como seu correlato a noção de “vazio”. Acreditar nessa espécie de varadouro para o progresso equivale, pois, em maior ou menor grau, a fazer de conta que tudo aquilo que está ao longo desse caminho simplesmente não existe. A adesão a esse estranho método de não ver as coisas conduz à ficção do “vazio tecnológico”, que descarta todo o repertório de recursos da sociedade tradicional. E, com ele, todo o conhecimento naturalístico no qual se funda o arsenal técnico corporificado nas estratégias de produção e reprodução dos distintos grupos sociais. De modo análogo, conduz à ficção do “vazio do poder”, alimentando a ilusão de que

a inexistência dos modernos métodos de tomada de decisões, alocação e administração de recursos e regulação de conflitos significa a ausência de atores políticos e procedimentos de gestão racional nas sociedades e/ou grupos tradicionais.

Talvez seja este um dos mais graves problemas enfrentados pelos programas de intervenção. Ao não serem tratados como sujeitos políticos aqueles cuja ação é capaz de influir sobre a sua trajetória, são levados a contabilizar uma série de efeitos não-desejados que, com frequência, superam em muito aqueles alinhados com os objetivos pretendidos. Essa agenda negativa é, pois, uma consequência não tanto das eventuais falhas na execução dos planos, mas do desconhecimento, deliberado ou inadvertido, das estruturas tradicionais. Estas não devem ser vistas, apenas, como receptoras passivas de modernização, mas como agentes, de fato e de direito, das decisões que encaminham os benefícios da modernidade. Considerá-las dessa perspectiva leva à conclusão de que o processo de desenvolvimento não se dá jamais em linha reta. Ao contrário, tenderá a sofrer, necessariamente, uma série de refrações. A própria idéia da existência de um método (*i.e.*, “reto caminho”) resulta de uma ilusão que foi (ou é) a da linearidade da marcha dos países desenvolvidos, na sua escalada para a “sociedade industrial”. As modulações, que é como verdadeiramente deveriam ser chamados os “obstáculos”, resultam da própria absorção e interpretação do processo de mudança. Portanto, têm muito mais a ver com os comportamentos, instituições e estruturas da sociedade tradicional do que com a penúria e/ou alocação irracional de recursos. Assim, aquilo que costuma ser visto como “resistência à mudança” e lido como desígnio de bloquear, pura e simplesmente, qualquer inovação, deveria ser, antes, compreendido como o modo culturalmente diferenciado de formular demandas e acolher ou incorporar propostas.

Dadas essas premissas, fica mais fácil compreender as razões que levaram alguns teóricos do desenvolvimento, entre eles G. Myrdal (1975), a enfatizar o papel econômico do que os economistas se acostumaram a chamar de “fatores não-econômicos”. Se estes, no entanto, não podem mais ser tratados (e desqualificados) como simples “variáveis exógenas”, tornar-se-á necessário relativizar alguns dos postulados fundamentais do paradigma dominante. Antes de tudo, não é mais possível desvincular produção e consumo. Produzir é consumir, e vice-versa. Ambas as coisas dependem, por sua vez, das pautas culturais que imperam em cada contexto empírico. Não existe, portanto, um *optimum* econômico desvinculado de um *optimum* social (Godelier, 1965). Este último ultrapassava, sempre, o racionalismo econômico *stricto sensu* que o postulado da escassez impôs às teorias formalistas. O quadro substantivo das economias empíricas não admite, portanto, que as noções de eficiência e eficácia sejam definidas como variáveis independentes do contexto, a não ser como artifício analítico (Kula, 1968).

O princípio do mercado auto-regulado como guia ou fonte do desenvolvimento e do acesso ao bem-estar sofre, dessa perspectiva, uma relativização radical. Para as crí-

ticas de inspiração marxista, por exemplo (Amin, 1972; Frank, 1972; Emmanuel, 1975; etc.), a capitalização dos países em desenvolvimento (principal indicador do seu maior ou menor acesso à modernidade) não obedece às previsões da teoria unidimensional do mercado. Ao invés de elemento capaz de favorecer a promoção social dos indivíduos e das nações, o mercado passa a representar o domínio privilegiado de expressão de relações sociais assimétricas e a melhor garantia de sua reprodução. Nos mercados nacionais, bem como no espaço ampliado das trocas internacionais, não existe igualdade efetiva entre os parceiros do jogo econômico. Por isso o mercado não proporciona a disseminação eqüitativa do bem-estar. Ao contrário, tende a aumentar a riqueza de certos grupos e/ou países na proporção direta em que perpetua e aprofunda a pobreza de outros. Nessas circunstâncias, fica evidente que as políticas de auxílio ao desenvolvimento, nacionais ou internacionais (e não obstante as boas intenções que possam animá-las), correm, sempre, o risco de se converterem em formas, mais ou menos sutis, de gestão das desigualdades.

As críticas, entretanto, não se limitaram a questionar os valores inerentes ao paradigma dominante, denunciando a ideologia da expansão a todo custo, o gigantismo da produção (a assim chamada “economia de escala”) e a crença ingênua nos milagres operados pela sofisticação tecnológica. Além disso, mostraram que a própria formação dos quadros técnico-científicos e as atividades de pesquisa estão cada vez mais voltadas para a valorização do sistema de mercado, incentivando a competição, a especialização exagerada de funções e a inflexível compreensão da ciência como estratégia de dominação, seja sobre a natureza, seja sobre as sociedades humanas elas mesmas.

No campo empírico, os programas, planos e projetos, implementados com base nesse paradigma, revelaram-se igualmente vulneráveis. Suas previsões não se cumpriram, pois o subdesenvolvimento (ou o fenômeno que se busca designar com essa categoria) persiste. A desarticulação progressiva das formas do trabalho comunitário; o embotamento da criatividade, nos mais diversos contextos culturais, outrora cheios de vida; uma crescente agressão ao meio ambiente; e a elevação exponencial das taxas de pobreza, penúria e miséria absoluta, nos países do chamado Terceiro Mundo, são algumas das ameaças mais assustadoras que vieram no bojo de um processo marcado não só pelo otimismo, mas infelizmente também por arrogância e inadvertência.

Esse inquietante estado de coisas levou à reflexão e, no seu rastro, à crítica das propostas de desenvolvimento e à busca e elaboração de novas alternativas. As teorias críticas não conseguiram, ainda, estabelecer um paradigma capaz de substituir, com vantagem, os avatares do individualismo economicista. Todas concordam, no entanto, quanto à necessidade de repensar a própria noção de desenvolvimento. Esse repensar exige, entre outras coisas, que a idéia do desenvolvimento seja desvinculada de critérios exclusivamente econômicos, subordinando-a a valores não centrados no

mercado. Tais valores, no entanto, exigem a formulação e a implementação de novas propostas políticas para o processo de desenvolvimento.

"Esses problemas levaram a Unesco, a partir do início dos anos 70, a definir uma série de premissas para orientar a reflexão sobre as grandes orientações políticas que deveriam nortear a questão do desenvolvimento. Três delas devem ser consideradas fundamentais. A primeira admite e afirma o aspecto fecundo da originalidade das culturas. A segunda atribui à desigualdade, entre indivíduos e entre nações (ou grupos sociais), o caráter de escândalo. A última dá por assentada a interdependência das sociedades e, a partir daí, dos problemas relacionados com o desenvolvimento delas" (Fausto & Vogel, 1987, p.7-8)

Os princípios definidos pela Unesco, para qualquer processo de desenvolvimento centrado no homem, são, portanto, três: 1. o *caráter endógeno* do processo (e o cumprimento da diretriz de equidade); 2. a *integração* dos diversos fatores; e 3. a *globalidade* (isto é, a interdependência), não só em escala nacional, mas também planetária (Cao Trí, 1984, p. 13-19).

As noções de globalidade e integração não causam maiores dificuldades. São, de certo modo, evidentes por si mesmas. Quando se trata da endogeneidade, no entanto, as coisas se complicam. "Em primeiro lugar, trata-se da busca de caminhos originais, isto é, de caminhos que respeitem os valores, os recursos e as potencialidades dos contextos para os quais são pensados e propostos. A realização desse requisito, por sua vez, exige uma participação ampliada dos grupos sociais e indivíduos que o desenvolvimento pretende atingir e beneficiar" (Fausto & Vogel, 1987, p.9). Isto significa que o desenvolvimento endógeno pressupõe a cultura (nacional, regional ou local) como dispositivo fundamental para assegurar tanto a criatividade do processo quanto o apoio e a adesão das comunidades em que este deverá ocorrer.

A diretriz da endogeneidade é ainda mais importante se levarmos em conta o fato de que, como observa Lévi-Strauss, em *Raça e história* (1950), essas sociedades não optaram pelo desenvolvimento. Foram, ao contrário, envolvidas nesse processo à revelia. O crescimento e a mudança que as atinge de maneira cada vez mais avassaladora reservou-lhes o difícil papel de meros pacientes da mais radical de todas as transformações que a humanidade já sofreu desde a revolução neolítica.

Essa passividade, entretanto, não passa de uma ficção, muito cômoda quando se trata de tomar decisões (sem consultar quem de direito), mas de alto risco, quando se torna necessário executar essas decisões na prática. Em campo, o técnico com sua parafarnália de planos, programas, projetos, planilhas, cronogramas e expedientes de desembolso encontra uma situação muito diversa, cheia de escolhas e armadilhas, que podem reservar-lhe as mais desagradáveis surpresas. Por esse motivo, parecem

oportunas algumas recomendações relativas a preparação dos técnicos e à sua atividade no processo de implementação de projetos de mudança social dirigida.

Os técnicos devem ter uma preparação prévia adequada para enfrentar as situações que vão encontrar no campo. Nesse sentido, seria útil:

a. um processo de familiarização com a problemática da área-programa, o que poderia ser feito através de seminários de palestras (ou painéis) em que fossem apresentadas e discutidas informações relevantes para a compreensão da sociedade e da cultura locais;

b. uma análise das questões envolvidas na implementação de projetos de mudança dirigida, no sentido de prevenir dois tipos característicos de reação diante dos problemas que surgem – o enrijecimento de posições preconcebidas (síndrome do planejamento autoritário) e a cooptação pelo ator local mais simpático (síndrome do populismo basista);

c. uma consciência clara de que não são sempre os grandes problemas que criam as barreiras mais difíceis de serem superadas: complicado é contornar a infinidade de pequenos mal-entendidos que pontuam o cotidiano das relações entre os técnicos e as comunidades-alvo;

d. uma precaução extrema no sentido de evitar a notória e raramente questionada dicotomia entre o trabalho técnico e o trabalho social, que tende a estreitar perigosamente a eficiência de ambos, quando não os coloca em franco antagonismo;

e. uma noção muito clara de que nenhum programa de intervenção, por mais carente e desprovida que seja a população-alvo, opera em um vazio tecnológico ou político;

f. finalmente, uma disposição a mais favorável possível de levar em conta as razões invocadas pela lógica do conhecimento local, buscando integrá-las ao processo decisório para eventuais revisões das estratégias a serem adotadas.

2. Plano de estudos antropológicos básicos para a elaboração de programas de avaliação de impacto ambiental

Os conhecimentos acumulados, ao longo dos últimos anos, graças às avaliações feitas com base em inúmeros projetos de mudança dirigida, não sofreram ainda a necessária (e urgente) compilação e consolidação. Encontram-se em geral dispersos. Falta-lhes uma rede de técnicos capaz de assegurar uma adequada circulação, discussão e troca de experiências. Mais que isto, os sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais, educadores e especialistas em economia e administração têm desfrutado de uma posição difícil no processo. No âmbito dos programas de ação e intervenção

costumam ser vistos com reservas, quando não com declarada impaciência. A postura tecnocrática acredita ter fundadas razões para desconfiar da utilidade desse tipo de profissional. Os antropólogos, em particular, tendem a atrair o maior grau de rejeição, em virtude do seu estilo de abordagem. Suas ponderações relativizadoras são encaradas ora como formas tortuosas de obstar o desenvolvimento dos programas de modernização, ora como especulações quiméricas sem possível aplicação ao nível da "realidade dos fatos". O diálogo do administrador e do antropólogo é dos mais complicados, porque aos olhos do primeiro as observações e ilações do trabalho etnográfico parecem demasiado envolvidas na dimensão microscópica do contexto local. No que, aliás, os profissionais da antropologia não fazem mais do que seguir um princípio básico do seu ofício. Isto porque toda a experiência da disciplina, fundamentada no trabalho de campo, revela que qualquer mudança colide menos com as grandes barreiras formais do que com a infinidade de dimensões, aparentemente insignificantes, que tecem o quotidiano de qualquer comunidade.

A convivência dos cientistas sociais, em especial dos antropólogos, com os peritos técnicos (engenheiros, arquitetos, urbanistas, médicos, enfermeiros, agrônomos, zootécnicos, etc.) tem revelado, também, o quanto as bases da comunicação entre eles são estreitas. São estes, no entanto, os profissionais que vivem o dia-a-dia dos problemas no campo. A maior parte desses problemas surge por causa do desconhecimento de certas filigranas, em absoluto desprezíveis, na operação das estruturas e códigos sociais das populações-alvo. Os equívocos e mal-entendidos resultantes podem variar da dimensão branda, traduzida pela sua comicidade, até as tonalidades mais sombrias e dramáticas dos conflitos mais ou menos declarados. Em qualquer hipótese, têm encerrado lições e descobertas de inestimável valor para uma compreensão mais atenta e refinada das situações sociais provocadas pela mudança.

O maior problema, no entanto, consiste em convencer o zootecnista que seu cliente, no projeto de melhoramento da produção de aves para abate, não é a galinha! Qualquer ação técnica exercida sobre um setor limitado do mundo sofre invariavelmente a mediação das expectativas, projetos, propósitos e interpretações de *todos* os atores sociais implicados, direta ou indiretamente, no programa de intervenção. O agrimensor, com seu teodolito, vê pontos no espaço, curvas de níveis, cotas, cortes de terreno, linhas e limites. O agrônomo observa a composição do solo, seu ph, sua fertilidade, sua vocação para o cultivo. O gerente da carteira de crédito agrícola calcula e estima as possibilidades de retorno (e, portanto, garantia) do financiamento solicitado, fazendo estimativas sobre a safra. O agente do Incra olha para a terra e pensa em termos de módulos. O agricultor, no entanto, sabe que nela estão inscritos os seus direitos consuetudinários, investidos os seus esforços e conhecimentos, consolidadas suas lealdades familiares e políticas, traçados os limites dos seus desafetos, enterrados os seus mortos e enraizadas as suas lembranças. O que vê, portanto, é um intrincado sistema de relações que envolvem as dimensões do parentesco, da propriedade, dos direitos herdados, das redes de trocas e dos circuitos de obrigações, das afiliações políticas e religiosas, das formas de reciprocidade e cooperação.

Todas essas coisas, por sua vez, dependem da estrutura, composição e evolução de seu grupo doméstico. É ele que lhe propõe os meios e a perspectiva de apreensão e apropriação do universo social, garantindo não só a reprodução física e social do grupo, como também o fundo comum de representações que conferem significação às suas ações e discursos e dão sentido à sua existência, legitimando-a. Essa existência, por outro lado, é pautada por determinações negativas e positivas que resultam da modulação rítmica das variações sazonais. Todo esse movimento que anima o ecossistema, e que é preciso conhecer para operar, com relativa previsibilidade, nas artes da subsistência, é fonte ainda para o exercício da observação especulativa desinteressada (Lévi-Strauss, 1962), base de toda invenção e criatividade.

Para lidar adequadamente com a densidade desse complexo sistema de relações e significados é necessário proceder analiticamente para, ao final, restituí-lo de modo pleno e compreensivo em sua totalidade. Com esse objetivo, propomos o desenvolvimento dos estudos básicos em cinco dimensões ou frentes de investigação: 1) um censo antropológico; 2) uma análise das redes (*network-analysis*) de relações sociais e trocas; 3) um estudo da estrutura, composição e evolução dos grupos domésticos; 4) um levantamento articulado dos planos de organização social e das formas associativas; 5) e, por fim, um inventário exaustivo do conhecimento naturalístico desenvolvido a nível local.

2.1 Censo antropológico

A operação do recenseamento antropológico servirá de levantamento preliminar do universo da pesquisa (*survey*) e a função de estabelecer os contatos da equipe com a comunidade-alvo do projeto. O censo antropológico deverá, ainda, proporcionar a escolha e o delineamento das estratégias de pesquisa para os demais estudos. Finalmente, esse censo deverá acrescentar à dimensão numérica e quantitativa do recenseamento demográfico uma apreensão sensível, focalizada e qualificada dos dados sociais.

2.2 Análise das redes de relações

A análise das redes de relações sociais tem se demonstrado muito útil no levantamento dos padrões de interação entre os distintos grupos de uma determinada área, região ou localidade. Permitem detectar o entrelaçamento de grupos; os modos de transmissão das informações; a distribuição e a hierarquização dos papéis sociais; as personalidades públicas vocacionais; os fluxos e as frequências das trocas sociais e econômicas (grupos afinitários, praças de mercado, mediadores e intermediários); os processos de alocação de responsabilidade; os mecanismos de resolução de conflitos; os sistemas de aliança e ajuda mútua; as relações de proximidade e distância social; os grupos de vizinhança (*neighbourhood*), as facções e cliques; os agentes potenciais de mudança ou conservação social.

As informações resultantes dessa perspectiva devem ser sistematizadas em relatório sob diversas formas, incluindo diagramas, sociogramas e outros dispositivos de representação gráfica (tabelas, curvas). Com base nesse tipo de dados, devem ser definidos os *casos de estudo* para a próxima etapa da pesquisa. Essa escolha será orientada, ainda, de acordo com os elementos qualificados do censo antropológico. Acrescentamos que esses últimos devem incluir croquis das diversas unidades recenseadas, bem como do seu entorno (caminhos, portos, áreas de pesca e extrativismo, pontos de aguada, etc.).

2.3 Estrutura, composição e evolução dos grupos domésticos

Mediante a análise, detalhada, de um elenco de casos selecionados, com base nas etapas precedentes, esse estudo pode delinear não só as variantes estruturais dos grupos domésticos, mas, além disso, as características do ciclo de seu desenvolvimento. Para tanto, será necessário inventariar os padrões de assentamento; as regras de residência; os sistemas de atitudes; as formas da autoridade doméstica; a representação e a distribuição dos papéis familiares; a diferenciação de posição e *status* sociais; os modos de socialização; o trabalho familiar (a diferenciação e a especialização das tarefas, por sexo e idade; alocação do tempo e dos espaços correspondentes; alocação, realocação e redistribuição dos recursos; a estrutura de tomada de decisões, por unidade de produção, etc.); pautas de consumo e regras da comensalidade e da hospitalidade.

A casa e os demais elementos da habitação devem receber um tratamento metódico, assinalando-se não só os espaços, mas também as atividades e os valores que lhes correspondem. Devem ser mapeadas as áreas femininas e masculinas, as esferas do público e do privado, seus modos de apropriação com as respectivas etiquetas que orientam o intercurso social no âmbito doméstico, e para além dele. Será necessário, ainda, registrar os modos de escansão do tempo. Esse registro permitirá uma compreensão dos ritmos da vida quotidiana, com as diferenciações que lhes são impostas, quer pelos ciclos mais longos da sazonalidade, quer pelas determinações da cultura local.

3. Planos de organização social e formas associativas

A organização social dos grupos a serem pesquisados deverá ser descrita e compreendida a partir da identificação dos diversos planos ou dimensões implicados na operação das relações sociais. O conjunto das práticas sociais, verificadas no trabalho de campo, constitui modos legitimados de desempenho que se articulam com base em diferentes dispositivos institucionais, com suas respectivas regras de afiliação. Cada um desses dispositivos deverá ser identificado e descrito, permitindo uma apreensão dos padrões de interação que mantêm entre si. Serão levadas em conta, nessa análise, as formas associativas institucionalizadas da vida religiosa, política e econômica, bem como os seus planos de intersecção.

Esse estudo é fundamental por várias razões. Os modos de articulação dos planos de organização social poderão servir, por exemplo, para definir as fronteiras e limites da *comunidade*, não necessariamente coincidentes com a circunscrição territorial definida pelo projeto (cf. Geertz, 1959). Poderão servir, ainda, para compreender as formas nativas da ajuda mútua e do trabalho cooperativo, com suas estratégias de convocação, adesão e retribuição. Podem, finalmente, indicar as principais linhas de clivagem da sociedade local, delineando os processos relevantes de concorrência, competição, convergência, disputa e administração dos conflitos. Todas essas coisas são fundamentais para levar a efeito um projeto que implica: a) deslocamento e reassentamento; b) recrutamento, seleção e capacitação; c) novos formatos de associação e cooperação; d) novos padrões de assentamento e vizinhança (agrovilas, p. ex.); e) exposição da comunidade local e recursos de consumo, comunicação e gestão que nada têm a ver com o seu modo de vida tradicional.

4. Conhecimento naturalístico

A paisagem da área-programa não deve ser compreendida, apenas, da perspectiva que costuma orientar os técnicos e especialistas, por mais sofisticadas que possam ser as suas abordagens e por mais justificados que sejam os recortes analíticos por eles estabelecidos. A divisão do conhecimento entre botânicos, zoólogos, biólogos, limnologistas, pedólogos, hidrologistas, meteorologistas, ecologistas, geógrafos, geólogos e outros peritos técnicos e legítima uma distribuição diferenciada de competências e, com ela, determinadas relações de poder. Essas relações de poder excluem e desqualificam o discurso do saber naturalístico local. Tal exclusão, por sua vez, tende a consagrar uma departamentalização técnico-burocrática do conhecimento sobre o meio ambiente.

As implicações desse especialismo, às vezes exacerbado, para os programas de preservação ambiental são múltiplas. Os diversos ângulos da abordagem não são, como exigiria a moderna concepção dos ecossistemas, complementares. Revelam-se, ao contrário, concorrentes, competitivos e contraditórios. À diferença delas, o conhecimento naturalístico local tem, cada vez mais, revelado uma surpreendente capacidade de perceber de modo contextualizado os elementos constitutivos do seu *habitat*. Este é apreendido e sistematizado, em geral, a partir de um código que explora a lógica das qualidades sensíveis para enquadrar o meio ambiente através de sua classificação. Daí resulta um ponto de vista que condiciona uma visão específica do ecossistema, diferente daquela que tem o perito técnico, em qualquer uma de suas versões. São muitos os exemplos que demonstram as vantagens, para a ciência, de levar em consideração os critérios por meio dos quais esse ponto de vista nativo constrói, articula e opera o seu corpo de saberes, dos quais nem todos são meramente utilitários. É exatamente o seu caráter freqüentemente especulativo e experimental que pode fornecer à ciência valiosas pistas para o aprofundamento das suas observações. E, por vezes, alguma solução engenhosa para outros problemas ou dile-

mas que o cientista enfrenta. Nesse campo existe, pois, uma excelente oportunidade para uma colaboração frutífera e a melhor ocasião para uma democratização do conhecimento no sentido mais pleno da palavra.

O estudo básico do conhecimento naturalístico deve dedicar-se ao levantamento metódico do léxico e da gramática ambientais que os grupos nativos detêm e praticam. Devem ser registrados todos os entes classificados, os critérios que presidem a essa classificação e as relações sistêmicas entre esses diversos entes ou entre os diversos subconjuntos que as classificações estabelecem no seio desse universo. Será igualmente observada a forma pela qual as taxonomias nativas se reproduzem socialmente, identificando os portadores legítimos desse conhecimento naturalístico, bem como descrevendo as oportunidades em que sua transmissão é empreendida. Devem ser levadas em conta, ainda, as estratégias de apropriação do meio ambiente que esse saber naturalístico orienta. Esses dados podem ser integrados num relatório compreensivo do ecossistema, incorporando as representações nativas para uma subsequente comparação com as visões dos peritos técnicos. O quadro dos dois modos de apreensão do ambiente que daí resulta permitirá localizar possíveis pontos de comutação entre eles.

Referências bibliográficas

Adams, Don. The monkey and the fish: cultural pit falls of an educational advisor. *International Development Review*, 2(2):22- 4, 1969.

Amin, Samir. *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Paris, Maspéro, 1972.

Bastide, Roger. *Anthropologie appliquée*. Paris, Payot, 1971.

Brown, Richard P. *A poetic for sociology: towards a logic of discovery for the human sciences*. London/New York, Cambridge University Press, 1977.

Bücher, Carl. *Industrial evolution*. New York, H. Holt, 1907.

Cao Tri, Huyfn. L'approche socio-culturelle, communicative et participative de l'administration publique. In: *Administration participative et développement endogène*. Paris, Unesco, Institut International des Sciences Administratives, s.d.

———. Le concept du développement endogène et centré sur l'homme. In: *Clés pour une stratégie nouvelle du développement*. Paris, Unesco, 1984.

Dumont, Louis. *Homo aequalis – genèse et épanouissement de l'idéologie économique*. Paris, Gallimard, 1977.

Emmanuel, A. *L'échange inégal*. Paris, Maspéro, 1975.

Fausto, A. & Vogel, A. Desenvolvimento endógeno, administração participativa e democratização da cultura. Rio de Janeiro, Unesco/Fiacso, xerogr. 1987.

Fei, J.C. H. & Ranis, G. *The development of the labour surplus economy, theory and policy*. Homewood, I11., R.D. Irwin, 1969.

Foster, George M. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

Frank, A.G. *Le développement du sous-développement*. Paris, Maspéro, 1972.

Godelier, M. *Objet et méthode de l'anthropologie économique in rationalité et irrationalité en économie*. Paris, Maspéro, 1966.

Jacobs, Jane. *La economía de las ciudades*. Madrid, Peninsula, 1974.

Kula, Witold. On the typology of economic systems. In: *The social sciences – problems and orientations*. Mouton, Unesco, 1968.

Leibenstein, H. *Beyond economic man*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1975.

———. O pensamento selvagem. São Paulo, Difel, 1962.

Lévi-Strauss, Claude. *Antropologia estrutural II*. TB., Rio de Janeiro, 1976.

———. Raça e história. In: *Lévi-Strauss*. Cultural, Abril, São Paulo, 1980.

Lewis, A. *Economic development with unlimited supplies of labour*. Manchester, The Manchester School of Economic and Social Studies, 1954. v. 22, n. 2.

Malinowski, B. *A scientific theory of culture and other essays*. Chapel Hill, New Carolina, 1944.

———. *The dynamics of culture change*. New Haven/London, 1945.

Munro, H. L. *The argument of laughter*. London, Hattaway, 1964.

Myrdal, G. *Against the stream, critical essays on economics*. New York, Vintage Books, 1975.

Pareto, Vilfredo. *Traité de sociologie générale*. Paris, Payot, 1917. 2v.

Polanyi, Karl. *A grande transformação – as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

Rostow, W.W. *Les étapes de la croissance économique*. Paris, Seuil, 1964.

Vierkandt, Alfred. *Naturvölker und kulturvölker*. Leipzig, 1896.

Vogel, Arno & Mello, Marco Antonio da Silva. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro, Ibam Finep, 1981.

Weber, Max. *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1964.